

## Elementos para uma sócio-história do semi-árido baiano

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (UEFS/PROHPOR)

ALMEIDA, Norma Lucia F.(UEFS/PROHPOR)

0. A área que compreende o semi-árido baiano, objeto deste estudo, é bastante extensa, englobando atualmente 259 dos 418 municípios da Bahia e abrangendo 9 das suas 15 regiões econômicas<sup>1</sup>. Embora designada de forma geral como uma unidade homogênea, a de região semi-árida, possui inúmeras unidades geoambientais com grande diversidade edafoclimática (Silva, 1993). Essa diversidade que inclui, por exemplo, áreas extrativistas exploradas durante o período colonial, como as da Chapada Diamantina e outras áreas do semi-árido consideradas de baixa produtividade para culturas permanentes contrapõem-se muito fortemente no que diz respeito ao padrão de urbanização.

No período colonial, o processo de expansão do povoamento e criação de vilas na Bahia deu-se de modo pouco uniforme. O padrão apresentado por Sylvio C. Bandeira de Mello e Silva et al (1989:94-97) destaca três características desse processo, i) um povoamento no nordeste da capitania com tendência à linearidade (devido às rotas de boiadas e das tropas), ii) uma grande dispersão com vilas localizadas em pontos de interseção das estradas que serviam de rotas para o gado, ouro, etc, e iii) um grande número de estradas nas áreas de pecuária e mineração, ambas no sertão. Esse processo ocorreu, inicialmente, a partir das entradas baianas<sup>2</sup> em busca de metais preciosos, da expansão pecuária exigida pela também expansão da economia açucareira e a expulsão ou extinção dos índios ou o seu aldeamento pelos jesuítas, franciscanos e capuchinhos. Tais aldeamentos transformaram-se posteriormente em lugares e vilas<sup>3</sup>, dando, a partir daí, a uma das origens do processo de urbanização do interior da Bahia.

---

<sup>1</sup> A distribuição atual das regiões econômicas do semi-árido baiano é: Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco. Ficam de fora apenas seis regiões, a saber: Metropolitana de Salvador, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul e Oeste. Para melhor visualização da região do semi-árido baiano ver mapa 1, em anexo.

<sup>2</sup> Na Bahia, as primeiras entradas datam de meados do século XVI, como por exemplo a de Francisco Bruza Espinosa, em 1553, partindo de Porto Seguro e chegando ao Rio São Francisco. A essas seguiram várias outras. No século XVII, as primeiras foram feitas pelos Ávilas e as dos chamados sertanistas de contrato, os bandeirantes paulistas, e, ainda, a do baiano Pedro Barbosa Leal que explorou a famosa Serra de Jacobina.

<sup>3</sup> Spix e Martius (op. cit.) descrevem um desses lugares, "... para visitar os índios da Vila da Pedra Branca, légua e meia a S. S. O. de Tapera, onde havíamos armado o nosso pouso. O dono dessa fazenda acompanhou-nos até lá, por um caminho estreito, entre outeiros cobertos de mato. Encontramos filas de palhoças baixas, de

Admitindo-se que na área de pecuária havia uma baixa concentração populacional, pergunta-se se tais diferenças não geraram implicações importantes no que concerne ao contato lingüístico que ocorreu entre os europeus (principalmente os portugueses), e seus descendentes, indígenas, escravos africanos e brasileiros mestiços de modo geral. Um fato relevante é que o processo de constituição histórico-demográfica da população não-autóctone deu-se de forma bastante diferenciada nas áreas de pecuária e mineração. Essas diferenças deram-se não somente na própria região semi-árida, mas, entre essa e outras regiões da Bahia, principalmente a região do recôncavo, onde houve grande concentração de escravos africanos e seus descendentes em decorrência de ser uma reconhecida área de *plantation*.

Na Chapada Diamantina houve, por exemplo, durante o século XVIII, um razoável contingente de escravos africanos e, já na zona de pecuária, esse número era bastante reduzido, apesar do crescimento e criação de novas vilas nesse período. Atribui-se a isso, o fato de que as fazendas de gado, principal atividade econômica dessas regiões, não necessitavam de um grande número de escravos. Tal fato leva a crer que, pelo menos no que se referem ao alto sertão, as condições de contato lingüístico não tenham sido propícias à formação de língua crioula. Além disso, o contato inter-étnico parece ter sido bastante íntimo, favorecendo muitas vezes a relação de compadrio. Segundo Erivaldo Neves (1996:38), “o trabalho compulsório desenvolveu-se no Alto Sertão baiano, simultânea e articuladamente com a meação, confundindo-se choupanas de agregados e casebres de escravos”.

Entretanto, a falta de dados ou dados incompletos sobre a população da Bahia em períodos mais recuados de tempo impede-nos de termos uma idéia exata desse contato<sup>4</sup>. A

---

taipa, e, no meio delas, uma igreja da mesma construção, distinguindo-se sòmente [sic] por um altar pobremente ornamentado. Defronte desse templo, avistamos grande parte dos índios e uns poucos colonos de outras raças, reunidos para ouvir missa. Os silvícolas, que vivem aqui há uns trinta anos, reunidos sob a direção de um juiz brasileiro e de um escrivão, pertencem às tribos dos cariris e dos sabujás. Moram os primeiros na própria Vila da Pedra Branca; os outros, num povoado, chamado *Caranguejo*, distante meia hora mais ao sul. Antes de se estabelecerem sob o domínio brasileiro, eles viviam dispersos nas matas dos montes vizinhos. Atualmente formam um distrito de umas 600 almas. Ambas estas tribos entretêm relações de recíproca boa harmonia, e não se distinguem uma da outra, nem pela conformação do corpo, nem pelos costumes e hábitos, mas apenas pela diferença das línguas. São de estatura mediana, bastante esbelta, de compleição nada forte, de côr [sic] pardo-clara...”p. 145

<sup>4</sup> As estimativas sobre a população da Bahia são incompletas. Alguns dados, porém, permitem uma idéia aproximada. Vendo os dados de 1724 em Stuart Schwartz (1998:87) observa-se que a situação da escravaria

busca de dados mais precisos levou-nos, nesse caso, a cruzar fontes históricas e dados documentais, enfocando os fatores que motivaram o processo demográfico da região como uma forma de melhor visualizar o quadro de contato lingüístico daí decorrente.

## **1. Considerações histórico-demográficas**

A título de exemplo vamos demonstrar como se deu o processo de urbanização, com relação à presença de escravos africanos, em três localidades do semi-árido baiano: Igaporã (Serra Geral), no alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX, com base em um levantamento exaustivo feito por Erivaldo Neves e Itapicuru (Região Nordeste), século XIX, zona de agropecuária, com base na dissertação de Mestrado de Consuelo Pondé Sena. Os dados da Chapada Diamantina, zona de mineração, foram coletadas por nós no Arquivo Municipal de Rio de Contas<sup>5</sup>. As áreas provenientes de antigos aldeamentos serão abordadas mais adiante.

O trabalho de Erivaldo Neves (1996), feito a partir de inventários e testamentos entre outros, nos arquivos do Estado da Bahia (APEB) e no Arquivo Municipal de Rio de Contas, fornece-nos dados bastante precisos sobre a presença de escravos em Igaporã entre a segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, conforme está demonstrado na TABELA 1, a seguir.

---

no sertão era diferente do Recôncavo. Na região do Rio São Francisco mesmo os 46% da população sendo de escravos, esses se distribuíam por um largo território, enquanto que os 61% de escravos no Recôncavo estavam concentrado em áreas bem menores. Já para o século XIX, o senso de 1872, como indicado por Luiz Felipe de Alencastro, mostra que a composição da população baiana de modo geral era de maioria preta e parda, um índice que corresponde a 72,8%.

<sup>5</sup> Esses dados estão sendo retomados de uma comunicação feita por nós no III Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita, em 1999 em Maceió.

TABELA 1  
 ORIGEM, COR E GÊNERO DOS ESCRAVOS  
 1768-1883  
 ALTO SERTÃO DA SERRA GERAL - Igaporã

ORIGEM / COR/SEXO	H	M	NÃO IDENTIFICADOS	TOTAL
<b>AFRICANOS</b>				<b>64</b>
Angolas	21	3		24
Minas	6	1		7
Benguelas	4			4
Hauçás	2			2
Nagôs	2			2
Congos	1			1
Rebolos	1			1
SEM IDENTIFICAÇÃO (afr.)	16	7		23
<b>BRASILEIROS</b>				<b>395</b>
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12		28
Mestiços	2			2
<b>SEM IDENTIFICAÇÃO</b>				<b>63</b>
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4		13
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>293</b>	<b>224</b>	<b>5</b>	<b>522</b>

FONTE: APEB. Seção do Judiciário. Série Inventários. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (1998). *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*, Feira de Santana/Salvador, UEFS/EDUFBA, p. 268.

Como podemos observar acima, Igaporã apresenta, para o período estudado, um total de 522 escravos registrados na região entre 1768-1883, desses 86,05% (395/459) do total de identificados são de brasileiros e apenas 13,94% (64/459) de africanos. No que se refere ao índice de concentração por fazendas, em Igaporã, não há muitos escravos numa só unidade produtiva<sup>6</sup>.

No município de Itapicuru, região Nordeste da Bahia, a situação, no século XIX, é equivalente ao que ocorreu no município de Igaporã. Há entre 1850 e 1870 uma maioria de escravos brasileiros, 77,55% (152/196) e apenas 22,44% (44/196) de africanos, conforme vemos na TABELA 2 a seguir.

<sup>6</sup> Segundo Erivaldo Neves (op. cit, p. 257) a partir dos inventários consultados por ele para compor essa amostra havia, apenas, uma média de 18 escravos por unidade, considerando-se velhos e crianças.

TABELA 2  
ORIGEM, COR E SEXO DOS ESCRAVOS  
1850 /1870

ALTO SERTÃO – REGIÃO NORDESTE - **Itapicuru**

ORIGEM COR/SEXO	H	M	TOTAL
<b>AFRICANOS</b>			<b>44</b>
Africanos	06	-	06
Nagô	16	02	18
Angola	13	03	16
Jejê	01	02	03
Moçambique	01	-	01
<b>BRASILEIROS</b>			<b>152</b>
Crioulos	51	21	72
Cabras	24	12	36
Mulatos	24	18	42
Indígenas (Vermelhos)	-	01	01
Cablocos	-	01	01
<b>SEM IDENTIFICAÇÃO</b>	14	03	<b>17</b>
<b>PRETOS</b>	-	01	<b>01</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>150</b>	<b>64</b>	<b>214</b>

Fonte: APEB. Seção do Judiciário. Série Inventários. In: SENA, Consuelo Ponde de (1979). *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru, 1830-1892*, Salvador: Fundação Cultural da Bahia.

Rio de Contas, região Centro-Oeste, na Chapada Diamantina, apresenta um quadro diferente. No segundo quartel do século XVIII há uma maior concentração de escravos africanos, com 88,11% (764/867) do total de identificados e 11,88% (103/867) de escravos brasileiros, conforme TABELA 3 a seguir. Lembrando que os dados de Igaporã e Itapicuru abrangem um período mais extenso do que os dados da matrícula em Rio de Contas, que é de apenas dois anos.

TABELA 3  
ORIGEM, COR E GÊNERO DOS ESCRAVOS  
1748 a 1749  
CHAPADA DIAMANTINA - **Rio de Contas**

ORIGEM COR/SEXO	1748		1749		TOTAL
	H	M	H	M	
<b>AFRICANOS</b>					<b>764</b>
Costa da Mina	174	32	152	25	383 <sup>7</sup>
Angola	150	54	118	34	356
Moçambique	04	-	08	-	12
Benguela	06	-	-	02	08
Cabo Verde	05	-	-	-	05
<b>BRASILEIROS</b>					<b>103</b>
Rio de Contas	21	13	26	05	65
Salvador	04	03	07	06	20
Vale dos Santos	01	-	01	05	07
Maragogipe	01	-	01	03	05
Minas Gerais	-	-	01	01	02
Cachoeira	-	01	-	01	02
Pernambuco	-	-	01	-	01
São Paulo	-	-	01	-	01
SEM	01	-	13	05	<b>19</b>
<b>NATURALIDADE</b>					
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>367</b>	<b>103</b>	<b>329</b>	<b>87</b>	<b>886</b>

Fonte: Matrícula dos escravos chegados em Rio de Contas (Chapada Diamantina) entre 1748 e 1749 - *Manuscrito incompleto do Arquivo Municipal de Rio de Contas*<sup>8</sup>.

Embora o sertão tenha sido mais densamente povoado no século XIX, um fato que também precisa ser levado em conta é o de que essa parte da Chapada Diamantina e também parte do Piemonte da Diamantina foram durante os séculos XVIII e XIX muito transitadas com a abertura de estradas entre Jacobina e Rio de Contas, desde 1725, apesar de ser uma região muito difícil como atestados por Spix e Martius<sup>9</sup> e Felisberto Freire<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> Sobre a presença de escravos da Costa da Mina na região há referências também na documentação do AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 1710, Junho, 21, AHU – Baía, cx. 6, doc. 35.

<sup>8</sup> Além dessa matrícula está incompleta na época da pesquisa dispensamos algumas folhas porque estavam bastante apagadas. De qualquer forma esses dados não comprometem o resultado geral, conforme pudemos comparar com um levantamento feito por Angelina Vasconcelos (2000).

<sup>9</sup> Spix e Martius (1916), por outro lado, dá-nos ainda uma idéia sobre essa região e sobre a sua importância econômica ainda no século XIX, “A Vila de Rio das Contas deve ter 900 habitantes, e tôda a diocese, governada pelo vigário-geral da comarca de Jacobina, aqui residente, conta 9.000 almas. Como o clima pouco favorece a agricultura, a exploração das minas e o comércio são as mais importantes indústrias da população, que, pela educação e riqueza, se distingue dos outros habitantes do interior da Bahia”. Inclusive, Luís Vilhena (*A Bahia no século XVIII...*) dá um outro dado interessante sobre a região. Ao fornecer a lista com os nomes de professores e povoações onde residem nesse período, Rio de Contas e Jacobina são as únicas vilas que aparecem na relação em um vastíssimo sertão onde o índice de escolarização ao que se supõe tenha sido baixíssimo.

<sup>10</sup> Cf. “A História Territorial do Brasil” de Felisberto Freire, publicada em 1906.

Ao sair da vila<sup>11</sup> passava por algumas fazendas de criação de gado... atravessava o Rio Jacuípe e passava a leste de Morro do Chapéu... vinha de Campestre<sup>12</sup> passando por longas travessias juncadas de ossos de animais e humanos e por algumas fazendas de gado...e chegada ao arraial de Bom Jesus da Lapa” indo dali alcançar “a vila do Rio de Contas, entrocando com ela em Crioulos, a estrada que vai para a Bahia e Minas Gerais.

A historiadora Maria Helena Ochi Flexor, no texto *Criação da rede urbana na Capitania da Bahia: século XVIII* (2001), fala sobre esse tipo de ocupação territorial brasileira que pode muito bem ser aplicado ao interior da Bahia, principalmente sobre os transitados caminhos entre o vastíssimo sertão, ainda pouco habitado em meados do século XVIII, e o litoral. “A ocupação do território brasileiro foi feita por pedestres, pouco a pouco, passo a passo, tanto no litoral quanto no sertão. Foram esses pedestres que formaram a maior parte dos primeiros núcleos urbanos”.

**1.1** Outro aspecto a ser considerado é a presença indígena no semi-árido baiano. Em 1500, essa região era habitada por grupos indígenas da família lingüística Macro-Jê. Um dos mais numerosos são os Kariris ou Kiriris, dos quais ainda sabemos muito pouco. Sabe-se apenas que eles circularam pela extensa região do rio São Francisco na Bahia<sup>13</sup>, falantes do Kipeá, até o rio Salitre, Dzubukuá, no médio São Francisco e o Sapuyá, na região dos rios Paraguaçu e Contas e falantes do Kamaru (Dantas et al, 1992).<sup>14</sup>

Estudos estimam a presença indígena na região há cerca de cinco ou seis mil anos. E como já é sabida, a ocupação da região por europeus, principalmente por portugueses e da inserção de africanos é recente e data a partir da segunda metade do século XVI. E já nesse período foram formados os primeiros aldeamentos na parte mais ao Norte e Nordeste do estado da Bahia, iniciadas desde as primeiras entradas e através da abertura de caminhos pelas boiadas, nos antigos domínios da Casa da Torre. Para se ter uma idéia, no século XVIII, comparativamente aos dados sobre escravos africanos de acordo em Alencastro (1997), o percentual de índios aldeados sobre o total de escravos era de 29,7%.

---

<sup>11</sup> A vila de Jacobina.

<sup>12</sup> Atual cidade de Seabra.

<sup>13</sup> E também nos atuais estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

<sup>14</sup> Cf. também AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 1758, Maio, 19, Lisboa. AHU – Baía, cx. 144, doc. 26.

No século XVIII, esses aldeamentos foram dando lugar à criação de freguesias, aldeias, arraiais e julgados, denominações que estavam condicionadas à população preexistente. Entretanto, a questão da integralização da população indígena com grupos não-autóctones no semi-árido é ainda muito pouco estudada.

Diversas vilas foram originárias de antigos aldeamentos, a exemplo de Jeremoabo, índios Cariris (Jeremoabo), Bom Conselho (Cícero Dantas), Santa Tereza de Canabrava, Pombal (Ribeira do Pombal), aldeia de Tupinambás (Soure), Tucano, Saco dos Morcegos/Mirandela, aldeia de índios Moritis e Cariris (Ribeira do Pombal), Maçacará (Euclides da Cunha) e outra da Região Norte como Pambu, Santo Antônio da Glória, etc. nos séculos XVII e XVIII<sup>15</sup>.

Maria Helena O. Flexor (op.cit.), tratando da questão indígena na região de Porto Seguro na Bahia, diz que: “o intuito, na prática, era civilizar, educar e obrigar os índios a falar a língua portuguesa e integrá-los na sociedade dos brancos, num núcleo urbano para, assim, povoar e tomar conta do solo”. Em outro trabalho intitulado *Aprender a ler, escrever e contar no Brasil, do século XVIII* (2000), a autora fornece um trecho extraído de um documento do segundo ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, em 1773 falando do processo civilizatório dos índios, especificamente sobre o hábito de tirar os índios ainda pequenos do convívio familiar para que esquecessem a língua materna.

No referido documento, o ouvidor de Porto Seguro ao tratar da questão do uso da língua portuguesa diz: “reprimindo-lha no publico o temor do castigo, mas praticando-a sempre no particular e, maiormente com os filhos, que tem na sua companhia, porque dos lhes tirei para a dos mestres e mãos, tanto mais pequenos, tanto mais se vêem esquecidos dela”.

Pensamos que de certa forma, a criação de vilas dentro do modelo organizado pelo Marquês de Pombal na Bahia, principalmente na região de Porto Seguro pode ter sido aplicado também no semi-árido. Assim, acreditamos que o processo, denominado pela autora de reurbanização e repovoamento, tenha implicações também no processo que estamos chamando de integralização entre as diversas línguas indígenas no sertão da Bahia, hoje

---

<sup>15</sup> Cf. dados de MATTOSO, Kátia M. Queirós de. (1992). *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, e de VILHENA, Luís dos Santos (1969). *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã – Coleção baiana, vol. 1 e vol. 2.

extintas, quando do contato, principalmente com o português. Não há estudos que justifiquem essa posição, contudo pela forte influência cultural indígena em diversas partes do semi-árido, acreditamos haver influências que vão além do léxico.

A título de ilustração e como uma motivação para estudos nessa área, listamos abaixo na Tabela 4, as localidades com sobreviventes de índios falantes do português. Para melhor visualização dessas áreas, ver o mapa 2, em anexo.

TABELA 4  
POVOS E TERRAS INDÍGENAS - **Semi-árido baiano**

POVOS INDÍGENAS	TERRAS INDÍGENAS	ÁREA TOTAL (HA)	POPULAÇÃO INDÍGENA ESTIMADA	ALDEAMENTO	SITUAÇÃO JURÍDICA <sup>16</sup>	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
Tumbalalá	Tumbalalá	...	...		Sem providências	Abaré, Curaçá
Truká	Porto da Vila	...	...		Sem providências	Curaçá
Tuxá	Rodelas	7.000	607	Remanescente da Missão de São João Batista de Rodelas, XVII	Em regularização	Rodelas
Tuxá	Ibotirama	2.019	617	idem	Homologada	Ibotirama
Kantaruré	Kantaruré	1.695	287		Em regularização	Glória
Xukuru-kariri	Quixaba	39	54		Adquirida/partialmente pela FUNAI e Diocese de P.Afonso	Glória
Pankararé	Pankararé	29.597	270	Missão do século XVII	Em regularização	Glória, Rodelas,
Pankararé	Brejo do Burgo	17.700	644	Missão do Séc. XVII	Em regularização	Paulo Afonso Glória, Rodelas, P.Afonso
Tocas	Tocas	...	...		Sem providências	Euclides da Cunha/Antiga freguesia de Geremoabo
Kaimbé	Massacará	8.020	349	Missão em 1639	Em regularização	Euclides da Cunha
Kaimbé	Muriti	...	...	Idem	Sem providências	Euclides da Cunha
Kiriri	Rodeador	...	50		Sem providências	Cícero Dantas
Kiriri	Kiriri	12.300	1.350		Regularizada	Banzaê

<sup>16</sup> Cf. para outras informações, <site [www.ufba.br/~pineb](http://www.ufba.br/~pineb)>.

Kiriri	Barra Passagem	K. 62	94	Em regularização	Quijingue Muquém do S.Francisco
Aricobé	Angical	...	...	Sem providências	Angical
Atikúm	Angical	400	50	Ass.de R. Agrária	Angical
Pankaru (Kinâne)	Vargem Alegre	981	90	Regularizada	Serra do Ramalho

Fonte: SEI/ANAI - BA, 1999, GARCEZ, Angelina (1997). *Em torno da propriedade da terra*. Salvador – Bahia.

No que concerne à questão da criação da rede urbana no Brasil e na Bahia há informações sobre diversos núcleos criados a partir de outras motivações, além dessas ligadas aos aldeamentos durante o século XVIII. No caso da Bahia, essas motivações foram principalmente àquelas ligadas à administração de serviços religiosos, as áreas de *plantation*, as de fazendas de agropecuária e a exploração mineral, como já referido.

## 2. Considerações lingüísticas

Segundo Mattos e Silva (2001) na cena lingüística do Brasil Colônia, temos como atores principais *o português geral brasileiro* contrapondo-se *as línguas gerais indígenas* e ao *português culto*. A tentativa de aproximação do que seria essa “incomensurável diversidade” pode ser feita, segundo a autora, através de indícios históricos. E foi com o intuito de iniciar a tentativa de entender a enorme diversidade lingüística, no que se refere ao português popular, que deveria existir no semi-árido baiano nesse período é que apresentamos os dados histórico-demográficos acima analisados. E a partir desses indícios hipotetizamos que, em linhas gerais, a dinâmica do contato lingüístico pode ter ocorrido nessa região da Bahia a partir de diversos contextos:

### I - Séc. XVII e XVIII

- a) aldeamentos – tiveram um importante papel para a posterior formação de vilas, lugares e morgados, mas a situação lingüística no que diz respeito ao português ainda era muito imprecisa, havendo pelo menos duas línguas de contato, a do colonizador, uma ou mais línguas gerais de base indígena, e línguas indígenas.
- b) expansão da agropecuária – com os caminhos das boiadas o processo da agropecuária deve ter sido um fator importante para a difusão e propagação da língua portuguesa pelos sertões da Bahia. Essa difusão inicialmente deve ter se dado através da boca de brancos pobres e descendentes de índios e escravos brasileiros.

- c) quilombos – uma situação bastante peculiar é a dos quilombos. Surgidos a partir de grupos de negros fugidos, esses locais eram propícios para o desenvolvimento de línguas crioulas. No entanto, o sertão apresenta uma situação diferente do Recôncavo e do sul do estado, onde está localizada Helvécia, comunidade de afro-descendentes, alvo de importantes estudos de Baxter e Lucchesi (1993; 1996), no âmbito do projeto “Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas”. No semi-árido, como já dito, não há notícias da existência de muitos deles e algumas vezes quando formados, foram, às vezes, “dizimados”.

Um fato ilustrativo extraído da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) mostra a formação de um desses núcleos quilombolas numa região de transição entre o recôncavo e o semi-árido, como o caso dos quilombos de Andrahi, o de Tupim e Crobó. Nesse documento<sup>17</sup> consta que esses núcleos já contavam em mais 80 anos. Em um trecho do referido documento há o relato da perseguição aos mesmos:

Diz Severino Pereira Capitão Mor das Entradas<sup>18</sup> e Assaltos do discritto de S. José das Itaporocas, Capitania da Bahia, que havendo na distancia de trinta ou quatro legoas da Villa de Cachoeira dois formidáveis Quilombos denominados o Andrahi, e Crobô, dos quais sahião os Escravos fugidos para fazendo todo o gênero de hostilidades aos viajantes, chegando a ponto de entrarem nelas Cazas, e levarem violentamente as Escravas, Mulheres donzellas, e Cazadas, roubando os gados, e vários gêneros, com que o povo se via consternado, e afflicto, requereo por varias vezes aos Ministros, e ao Governador...<sup>19</sup>

Se os núcleos quilombolas no semi-árido, salvo, algumas exceções, foram dispersos, como estamos supondo, acreditamos que não tenham criado condições para o desenvolvimento de algum tipo de crioulo. Dessa forma, pensamos que o estudo de situações individualizadas, como a realizada por Alan Baxter e Dante Lucchesi com as

---

<sup>17</sup> Documento com anexo sobre quilombos denominados de Andrahi, o de Tupim e Crobó, falam da intenção de acabar com esses quilombos -AHU – Baía, cx. 212, doc. 14951. A documentação que estamos utilizando são cópias fac-similadas que foram trazidas de Portugal pelo Projeto “Resgate” com iniciativa do Ministério da Cultura que contou com a participação do Prof. Onildo Reis David entre outros a partir da intermediação da Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>18</sup> Entrada nesse caso se refere a um tipo de milícia organizada e executada como um serviço do Rei, passível de ser recompensada.

<sup>19</sup> Outros documentos sobre a região do AHU se referem ainda à presença africana em situações quilombolas e sobre a perseguição aos índios, como o AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 23/04/1722 – Carta patente assinada pelo vice - rei, sobre guerra ao gentio bárbaro e aos negros fugidos -AHU – Baía, cx. 16, doc. 1420.

comunidades remanescentes de quilombos são muito importantes para a compreensão dessa diversidade.<sup>20</sup> Entretanto, não podemos perder de vista a grande variação nas formas de implantação e difusão do português, que em uma mesma região a semi-árida apresenta pelo menos duas situações que além de se oporem a do recôncavo se opõem entre si, mineração *versus* agropecuária.

II- Século XVIII e XIX, criação de vilas originárias de aldeamentos e grupos indígenas sobreviventes, núcleos urbanos – A partir da documentação analisada, podemos inferir que o século XVIII é crucial para a dita vitória do português no Brasil, inclusive pela já conhecida política lingüística implantada por Pombal. Além dessa política lingüística, o anteriormente citado processo de reurbanização e repovoamento dos antigos aldeamentos em muito deve ter favorecido a “vitória” ou hegemonia de uma língua que deveria estar próxima à norma de Portugal, já que os índios aldeados e todos os outros eram obrigados a falar português.

III – Século XX, antes e depois da década de 40 - Não entraremos muito nessa questão atual, pois ela será tratada em outro trabalho, mas queremos apenas chamar a atenção para o fato de que os processos de industrialização, escolarização e urbanização em muito vão contribuir para firmar a dita unidade lingüística brasileira, pois passamos rapidamente de um país rural para um país urbano, tendo tudo isso implicações lingüísticas importantes.

Dessas considerações podemos deduzir que, no geral do sertão, como atestam os dados de Neves (op. cit) havia um contato mais ou menos íntimo entre os senhores e escravos, o que facilita a integração lingüística, fazendo com que a língua de um influencie

---

<sup>20</sup> Sobre comunidades de afros-descendentes ver Barra/Bananal, comunidades gêmeas, localizados ao sul da Chapada Diamantina, a 15 km do município de Rio de Contas, entre os vales da Serra das Almas e da Serra do Malhado, na Bahia e a peculiar situação dessas com os habitantes de uma localidade próxima, a Mato Grosso, comunidade de descendentes de brancos portugueses. E, ainda, Cinzento localizado na região sudoeste da Bahia, pesquisada por Grazielle Novato dissertação, intitulada *CINZENTO: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*, Puc-SP, 1999 e *Rio das Rãs*, que é conhecida como “A Fazenda Rio das Rãs”, situado a 70 km da cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia (cf. DORIA, Siglia Zambronti e OLIVEIRA JR., Adolfo. *O Quilombo do Rio Das Rãs*, história, tradição e luta, 1996).

rapidamente a língua do outro, havendo provavelmente uma maior vontade do criado em se aproximar da língua do senhor, pelas já conhecidas questões de prestígio lingüístico.

Como conclusão generalizada sobre a expansão e difusão da língua portuguesa pelo semi-árido, naquele período, podemos dizer que a população de origem africana pode ter exercido um maior papel (cf. Matos e Silva, 2000; 1995) nessa região quando parte do contingente de escravos e seus descendentes tanto a que trabalhou nas minas quanto no recôncavo passa a migrar para a zona de pecuária, no século XIX, período em que o semi-árido baiano é mais densamente repovoado. Esse fato pode explicar a existência de algumas comunidades, existentes no sertão, de maioria negra, mas que não parecem ter origem quilombola, como é o caso de Piabas<sup>21</sup>, Alto do Capim, Matinha, etc.

Para finalizar e a título de agradecimento, gostaríamos de dizer que de modo geral, este trabalho inspira-se nas preciosas lições de Rosa Virgínia Mattos e Silva sobre sócio-história do português brasileiro, nossa principal incentivadora nessas nossas investidas exploratórias na área. Queremos agradecer também a Maria Helena Ochi e a Ilza Ribeiro.

## 6. Referências Bibliográficas e bibliografia consultada

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org). (1997). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 1710, Junho, 21, Bahia. Letra de Câmbio passada pelo escrivão do Tesouro Real da Bahia Antonio Alves, referente aos escravos vindos da Costa da Mina. AHU – Baía, cx. 6, doc. 35.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 1770, Maio, 8, Porto Seguro. Ofício do desembargador ouvidor do Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Mendonça Furtado], referente à medida que tomou relativamente aos índios mais jovens, tirando-as da companhia dos pais, obrigando-os a conviver com os brancos, bem como às vilas que erigiu e ao pedido de sucessor para seu cargo. AHU – Baía, cx. 169, doc.41.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 1758, Maio, 19, Lisboa. Carta Régia (minuta) do rei [D. José] ao arcebispo da Bahia [José Botelho de Matos] e vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha comunicando a instituição do tribunal da Relação da Bahia para averiguar os bens dos religiosos jesuítas e a criação de vilas nos antigos aldeamentos. AHU – Baía, cx. 144, doc. 26.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 2 de janeiro de 1799, doc. Com anexo sobre quilombos denominados de Andrahi, o de Tupim e Crobó, falam da intenção de acabar com esses quilombos -AHU – Baía, cx. 212, doc. 14951.

---

<sup>21</sup> Comunidades que fazem parte do projeto coordenado pelas autoras desse artigo. As amostras de duas delas estão em vias de publicação: de Piabas (região de Jacobina) e Matinha (região de Feira de Santana).

- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 23/04/1722 – Carta patente assinada pelo vice-rei, sobre guerra ao gentio bárbaro e aos negros fugidos -AHU – Baía, cx. 16, doc. 1420.
- BAXTER, A. e LUCCHESI, Dante. (1993). Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papia*. Volume 2, no. 2, pág. 59-71.
- BAXTER, Alan e LUCCHESI, D. (1996). “Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileiro de Helvécia (Bahia)”. *Comunicação ao 2º Colóquio Internacional de Linguas Criollas de Base Española y Portuguesa*. Berlim (mimeo).
- DANTAS, B. G. et alli.(1992). “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico”. In.: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras : Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, p. 431-456.
- DORIA, Siglia Zambronti e OLIVEIRA JR., Adolfo. (1996). *O Quilombo do Rio das Rãs: história, tradição e luta*. CARVALHO, José Jorge de (org). Salvador, EDUFBA.
- Enciclopédia dos municípios brasileiros. 1960. Volumes XX e XXI. RJ, IBGE.
- FERREIRA, C. (1984). “Remanescentes de um falar crioulo brasileiro”. *Revista lusitana*. 5 (nova série), p 21-34.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi, (2001). “Criação da rede urbana na Capitania da Bahia: século XVIII”. *Actas do Colóquio Internacional português, 1415-1822*. Lisboa, 2001.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi, (2000). *Aprender a ler, escrever e contar no Brasil, do século XVIII*, São Paulo: Humanitas (no prelo).
- FREIRE, Felisberto. (1897). *A História Territorial do Brasil*. V. 1: *Bahia, Sergipe e Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 2.v.
- GARCEZ, Angelina. (1997) *Em torno da propriedade da terra*. Salvador – Bahia.
- HOUAIS, A. (1985). *O português do Brasil*. Rio de Janeiro, Unibrade.
- KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change variation and change. 1989b. mimeografado.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In.: Matos e Silva, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos, tomo II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, 2001, pag. 275-302.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1981). A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. In.: *ABRALIN: Boletim da Associação brasileira de Lingüística*, no. 17, Recife: Editora Universitária/UFPe,. Pág.73-86.
- MATTOSO, Kátia M. Queirós de. (1992). *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Matrícula dos escravos chegados em Rio de Contas (Chapada Diamantina) entre 1748 e 1749 - *Manuscrito incompleto do Arquivo Municipal de Rio de Contas- Chapada Diamantina, Bahia*.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. (1996). “Escravidão policultor e meação”. In. *Anais da 4ª reunião especial da SBPC: Semi-árido: no terceiro milênio, ainda um desafio*. (24 a 28 de novembro de 1996). Feira de Santana: *Campus da UEFS*, p. 36-41.
- NEVES, Erivaldo Fagundes.(1998). *Da sesmaria ao minifúndio: uma comunidade sertaneja. (um estudo de história regional e local)*. Feira de Santana: UEFS e Salvador: EDUFBA.
- NOVATO, Graziela.(1999). *Cinzento: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*. Puc/SP, dissertação de Mestrado, mimeografada.

- SCHWARTZ, Stuart B. (1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1996). “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814”. In: Reis, J. J. & Gomes, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- SENA, Consuelo Pondé de (1979). *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru (1830- 1892)*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia.
- SILVA, F. B. R et alii. *Zoneamento agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico*. Petrolina. Embrapa, Recife. Coordenadoria Regional, 1993. 2v. il.
- Centro e Informações – SEI (BA), (1994). *Informações básicas dos municípios baianos – Salvador*.
- SILVA, Serafim da. (1975). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL.
- SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. (1989) *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- SPIX, J. B. von & MARTIUS, K. F. P. von. (1916). *Através da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial.
- Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. *Bahia: crescimento populacional 1980-1996* (1998). Salvador: SEI.
- VASCONCELOS, Albertina L. (2000). “Ouro, conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia – do século XVIII. In.: *Revista do Instituto geográfico e histórico da Bahia*, Salvador- Bahia, n. 95, p.265-274.
- VILHENA, Luís dos Santos (1969). *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã – Coleção baiana, vol. 1 e vol. 2.